

## **RELATÓRIO DE GESTÃO ANÁLISE DO BALANÇO E DAS CONTAS Ano de 2015**

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente relatório complementa o Relatório de Actividades de 2015, tratando especialmente da análise, ainda que breve, das principais rubricas das Demonstrações Financeiras da Agência relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Neste sétimo ano de actividade da Agência, à semelhança do que se verificou no anterior exercício, ocorreu uma redução significativa nos Rendimentos a reconhecer. Esta diminuição, não totalmente acompanhada pela descida nas rubricas de Gastos, tem como consequência um resultado líquido negativo. Este, porém, não afecta significativamente a manutenção do equilíbrio financeiro na gestão operacional da Agência.

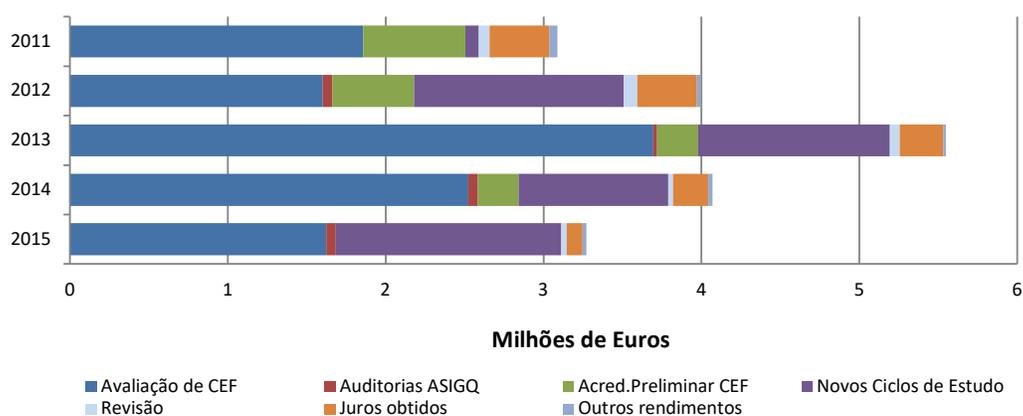
Como mais à frente se desenvolverá, a redução dos rendimentos reconhecidos fica a dever-se sobretudo aos quatro seguintes factores: 1) A diminuição do valor a cobrar pelas taxas de acreditação a partir de 2013, como já havia sido referido no relatório do exercício anterior; 2) O fim da receita diferida proveniente das taxas de acreditação preliminar CEF/0910 recebidas em 2010; 3) Uma queda contínua nas taxas de juro para depósitos a prazo, transversal a toda a banca; e 4) Uma diminuição do número de ciclos de estudos em funcionamento avaliados pelas CAE, no ano em apreço, devido a vicissitudes várias no processo de avaliação (sensivelmente menos 200 processos).

Tal como já se referiu em relatórios dos anos anteriores e conforme previsto no diploma legal que criou a Agência, bem como nos seus Estatutos, a A3ES deixou de contar para o seu financiamento, a partir de 2010, inclusive, com quaisquer dotações providas do Orçamento de Estado, passando o seu financiamento a depender apenas das suas receitas próprias, sendo estas resultantes do produto das taxas que está autorizada a cobrar a título dos procedimentos de avaliação e acreditação que, nos termos da lei, tem a seu cargo.

## 2. PRINCIPAIS FLUXOS DE PROVEITOS

Durante o ano de 2015, tiveram substancial relevância nos rendimentos reconhecidos pela Agência, o produto das taxas de avaliação dos ciclos de estudos em funcionamento, que representaram cerca de metade (50% contra 62% em 2014) dos rendimentos totais (ver Gráfico 1). Depois, também a acreditação prévia de novos ciclos de estudos, assumiu particular expressão, representando já, cerca de 44% (contra apenas 23% em 2014) dos rendimentos totais da Agência. Como foi já referido na breve introdução a este relatório, no exercício de 2015 já não existiu o reconhecimento de rendimentos relativos à acreditação preliminar de ciclos de estudo em funcionamento, ocorrida em 2009, mas cujo proveito se decidiu diferir e reconhecer proporcionalmente até ao exercício de 2014. O produto dos juros das aplicações financeiras perdeu relevância no total dos rendimentos reconhecidos, em virtude da queda acentuada das taxas de juro. Estes rendimentos representam agora apenas 3% do valor total de rendimentos reconhecidos (contra 5% em 2014).

GRÁFICO 1 – RENDIMENTOS RECONHECIDOS

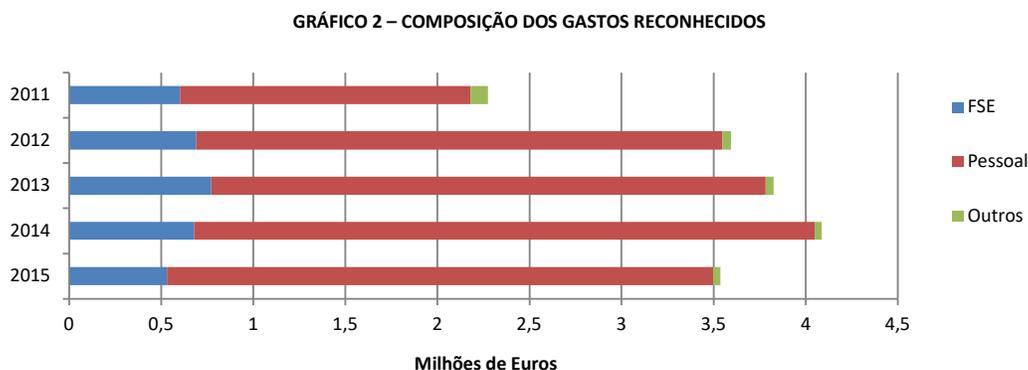


## 3. PRINCIPAIS RUBRICAS DE GASTOS

À semelhança do exercício anterior, também em 2015 as principais rubricas dos gastos foram os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e os Gastos com o Pessoal. Em FSE's assumem particular relevo os Gastos com Deslocações e Estadas, resultantes das necessidades de alojamento e transporte dos membros das Comissões de Avaliação Externa (CAE), consequência das visitas às Instituições de Ensino Superior (IES) no âmbito da avaliação dos seus ciclos de estudos em funcionamento. Em virtude do menor número de visitas, desta natureza, efectuadas durante o ano de 2015, estes gastos foram também inferiores em cerca de 100.000 euros (menos 25% que em 2014).

Nos Gastos com o Pessoal, deve ser feita uma distinção entre os gastos fixos da estrutura de pessoal da Agência (57%) e os gastos variáveis que dizem respeito à remuneração do trabalho prestado pelos peritos externos que integram as CAE (43%), gastos esses que variam em função do número de processos tratados e das visitas realizadas durante o exercício. Em virtude da diminuição do número de visitas

efectuadas em 2015, as remunerações pagas a membros das CAE's foi menor em cerca de 560.000 euros (menos 30% que em 2014). A composição dos Gastos Totais pode ser observada no gráfico seguinte.



## 4. ANÁLISE DO BALANÇO

### 4.1- ACTIVO NÃO CORRENTE

À semelhança do que já havia acontecido em 2014, os activos fixos tangíveis, em 2015, apresentam uma variação negativa equivalente ao valor das depreciações do exercício, dada a quase inexistência de aquisição de novos equipamentos.

Já os activos intangíveis, que se referem aos investimentos feitos no sítio da Agência na Internet, na plataforma electrónica e demais *software*, constituindo estes os instrumentos fundamentais do modo de operação da Agência, mantêm o ligeiro decréscimo já verificado no exercício passado. Verifica-se nesta rubrica uma diminuição contínua do seu valor líquido por via da depreciação dos referidos bens. Como já havia sido explicado anteriormente, esta ausência de investimentos mais avultados na infra-estrutura informática fica a dever-se à utilização de *free software*.

### 4.2- ACTIVO CORRENTE

Nesta rubrica, é mantido o critério, já utilizado nos anos anteriores, de contabilizar em “Clientes” as taxas de acreditação cuja data limite para pagamento fora já ultrapassada, mas que ainda não tinham sido liquidadas pelas instituições. Este valor é especialmente elevado no final do exercício, devido à coincidência do mesmo com a data limite para submissão dos processos de avaliação de ciclos de estudos em funcionamento ACEF/1516, que terminou a 28 de Dezembro de 2015.

Por sua vez, o valor da conta “Estado e outros entes públicos” refere-se à retenção indevida de IRC sobre juros bancários, que se espera vir a recuperar em 2016, à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores.

A rubrica “Diferimentos” respeita a rendas, seguros e outras despesas cujo fluxo financeiro de pagamento ocorreu em 2015, mas cujo reconhecimento do Gasto deverá apenas ser reconhecido em 2016.

Dos meios líquidos reportados em “Caixa e depósitos bancários” num montante global de 10.199.120,40 euros, cerca de 95% estão depositados a prazo em instituições bancárias portuguesas, ascendendo o montante desses depósitos a 9.700.000 euros à data de encerramento das contas.

#### 4.3- CAPITAL PRÓPRIO

Conforme foi já referido em relatórios de anos anteriores, o valor presentemente contabilizado, de acordo com o Novo Sistema de Normalização Contabilística, em capital realizado, de 3.100.000 euros, corresponde à soma do valor da dotação inicial do Estado, contabilizada inicialmente a título de Fundo Patrimonial, de 1.000.000 de euros, acrescido do remanescente da verba recebida, também do Estado, a título de subsídio de instalação, no montante de 2.100.000 euros. Essa verba sobrança daquele subsídio, fica a dever-se, designadamente, à opção tomada de não aquisição, em propriedade, do local de instalação da Agência e foi assim contabilizado depois de obtido parecer favorável do Conselho Fiscal.

No que se refere à variação do Capital Próprio, em relação ao ano anterior, releva naturalmente a incorporação, em Resultados Transitados, do resultado alcançado no ano transacto, descontado do valor apurado em 2015 como resultado líquido do exercício, no montante de -263.536,79 euros.

O valor registado em “Outras variações no capital próprio”, resulta da adopção do Novo Sistema de Normalização Contabilística, que aponta no sentido da transferência para esta rubrica de proveitos diferidos, anteriormente reconhecida no passivo, relacionada com o subsídio recebido do Estado e utilizado em “Despesas de investigação e desenvolvimento” e “Equipamento administrativo”, até os mesmos estarem totalmente depreciados.

#### 4.4- PASSIVO CORRENTE

Os valores que constam do Passivo Corrente dizem exclusivamente respeito aos saldos que decorrem da actividade normal da Agência, como por exemplo, o pagamento de despesas correntes, a crédito, aos seus fornecedores. Refira-se ainda que em 2015, o prazo médio de pagamento a fornecedores foi de vinte e sete dias. O valor inscrito como crédito de “Estado e outros Entes Públicos”, diz respeito às retenções na fonte de IRS, efectuadas até 31 de Dezembro de 2015, sobre o valor pago a título de senhas de presença aos membros das comissões de avaliação externa e de salários pagos aos colaboradores, bem como as contribuições para regimes de protecção social (Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações) que foram regularmente entregues ao Estado em Janeiro de 2016. Já o valor residual relativo a “Financiamentos obtidos”, diz respeito ao capital por liquidar do contrato de *leasing* da viatura afecta ao Conselho de Administração, contrato que atingirá a sua caducidade em Fevereiro de 2017.

Por sua vez, o montante inscrito na rubrica “Outras contas a pagar” inclui designadamente a estimativa de encargos para férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais a pagar em 2016, mas respeitantes a direitos adquiridos em 2015, no valor de 199.012,92 euros, bem como o valor apurado das senhas de presença dos membros das CAE, a liquidar em 2016, mas referentes a processos de acreditação cujo trabalho do membro tenha sido concluído até ao final do exercício de 2015, que ascendem ao valor de 134.961,24 euros. Dentro dos restantes valores residuais, encontram-se maioritariamente valores de taxas que, em princípio, serão regularizados pelas IES nos primeiros dias de Janeiro de 2016, mas cujo normal desfasamento entre a sua transferência por parte do ordenante e recebimento por parte da agência, obrigam a que constem desta rubrica. Estes valores estão explicitados na conta “Clientes a debitar” e ascendem a 13.500,00 euros, sendo esta uma rubrica cujo valor tem vindo, com seria desejável, a diminuir ao longo dos anos.

O desenvolvimento do montante registado em “Diferimentos”, de 4.192.000 euros, pode ser observado no quadro seguinte (Quadro 1). Este valor é composto pelas taxas recebidas em 2015 ou anos anteriores, mas cujos procedimentos de avaliação e acreditação apenas terão lugar em 2016, sendo assim também nesse exercício que esses processos gerarão os correspondentes gastos para a Agência.

**QUADRO 1 - RECONHECIMENTOS E DIFERIMENTOS DE RENDIMENTOS EM 2015**

Processo	ciclo	proveniente de 2014	origem em 2015	a diferir para 2016	Reconhecido em 2015
Novos Ciclos de Estudos	NCE/14	1.376.000,00 €	76.000,00 €	24.000,00 €	1.428.000,00 €
	NCE/15		904.000,00 €	904.000,00 €	- €
Avaliação de Ciclos de Estudos em Funcionamento	ACEF/1314	628.000,00 €	(20.000,00) €	8.000,00 €	600.000,00 €
	ACEF/1415	2.172.000,00 €	140.000,00 €	1.288.000,00 €	1.024.000,00 €
	ACEF/1516		1.844.000,00 €	1.844.000,00 €	- €
Renovação de Acreditação	PERA/1516		124.000,00 €	124.000,00 €	- €
Outros	ASIGQ		60.000,00 €		60.000,00 €
	REVISÃO		33.000,00 €		33.000,00 €
	REEMBOLSOS		8.970,00 €		8.970,00 €
<b>Total</b>		<b>4.176.000,00 €</b>	<b>3.169.970,00 €</b>	<b>4.192.000,00 €</b>	<b>3.153.970,00 €</b>

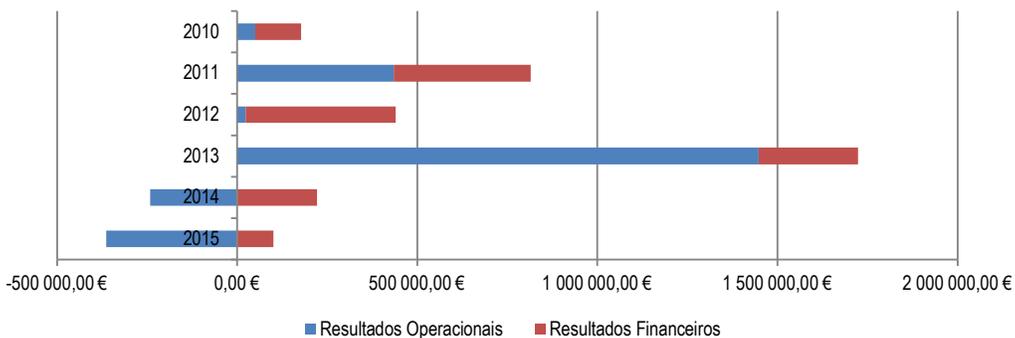
#### 4.5- RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

A terminar, no que respeita à análise do balanço, refira-se que o Resultado Líquido do Exercício (RLE), no valor de -263.536,79 euros, cuja origem quantitativa se exporá no capítulo seguinte, apresenta uma variação relativamente ao exercício anterior que deriva essencialmente de quatro factores distintos:

- a) A diminuição do valor cobrado pelas taxas de acreditação em 2013, de 4.500 euros para 4.000 euros que teve o seu efeito contabilístico a partir do exercício de 2014, altura em que se começaram a reconhecer os respectivos rendimentos associados.

- b) O ano de 2015 foi o primeiro exercício que não beneficiou do montante diferido por conta de taxas de acreditação preliminar CEF, que vinha sido reconhecido como rendimentos do exercício desde o início em funcionamento da Agência até ao passado exercício de 2014. Este montante ascendia, nos últimos anos, a 259.310 euros. Excluída esta variação, o resultado operacional situa-se muito próximo do equilíbrio, apenas com 4.227 euros de prejuízo.
- c) A queda continuada nas taxas de remuneração de depósitos a prazo, oferecidas pelas instituições bancárias portuguesas, que fez cair para menos de metade, no período de um ano, a receita obtida em proveitos financeiros.
- d) Uma variação no reconhecimento de rendimentos relativos a taxas cobradas. Verificou-se durante o exercício de 2015, uma diminuição no número de processos ACEF concluídos, por intermédio de visita às Instituições de Ensino Superior. Esta diminuição é, no entanto, largamente compensada por um aumento no número de processos NCE concluídos. Embora o superavit desta diferença seja totalmente consumido pela diminuição nos rendimentos financeiros, fruto da já referida diminuição das taxas de juro. O valor acumulado destas variações no reconhecimento de rendimentos é inferior a 1.000 euros e portanto, materialmente irrelevante.

Como foi notado, para esse resultado contribuem os rendimentos financeiros, no montante de 100.741,82 euros. Os resultados financeiros foram novamente inferiores aos obtidos em exercícios passados, devido à baixa continuada das taxas de juro oferecidas pela banca. Esta tendência negativa das taxas foi especialmente penalizadora em 2015, como já havia sido nos últimos dois exercícios. Especialmente para as aplicações financeiras sem risco (vulgo depósitos a prazo), as únicas a que a A3ES se permite recorrer. Esta diminuição pode ser observada pelas taxas médias de rentabilidade apresentadas no quadro da página seguinte (Quadro 2). A evolução dos dois principais componentes do RLE, os resultados operacionais e os resultados financeiros, pode ser observada no gráfico em baixo apresentado.



**GRÁFICO 3 – COMPOSIÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO**

## 5. ANÁLISE DA CONTA DE RESULTADOS

### 5.1- RENDIMENTOS (ANTES DENOMINADOS PROVEITOS)

O valor total dos Rendimentos subdivide-se entre as taxas cobradas, reconhecimento de subsídio para investimento e rendimentos financeiros, nomeadamente juros. Os rendimentos provenientes da cobrança de taxas no valor de 3.153.970 euros (Quadro 1) provêm das taxas de acreditação prévia de novos ciclos de estudos, no valor de 1.428.000 euros; das taxas de avaliação de ciclos de estudo em funcionamento, que ascendem a 1.624.000 euros; das taxas de auditoria dos sistemas de garantia de qualidade (ASIGQ) no valor de 60.000 euros; e das taxas relativas aos procedimentos de recurso para o Conselho de Revisão, no valor de 33.000 euros. A somar a este montante, existe ainda um reconhecimento de rendimentos por conta de reembolso de despesas, no valor de 8.970 euros, incorridas aquando da acreditação de um ciclo de estudos no Instituto Politécnico de Macau.

Ainda no capítulo dos rendimentos, há a referir na conta de “Outros rendimentos e ganhos” a quantia de 16.458,43 euros que se desdobra em correcções do exercício anterior no montante de 5.069,19 euros, somadas do reconhecimento da parte equivalente de subsídio ao investimento, no valor de 1.782,59 euros; montantes recebidos do projecto Erasmus+ (EIQAS) em que a Agência está envolvida, no montante de 9.603,80 euros; bem como outras regularizações residuais no montante de 2,85 euros.

Os rendimentos financeiros são os juros das aplicações a prazo efectuadas durante o exercício e já vencidos, que totalizam 100.741,82 euros. Considerando que a agência faz aplicações regulares no tempo e que os montantes que estavam investidos no final do exercício foram sensivelmente os mesmos durante o ano, pode verificar-se que a rentabilidade média das aplicações desceu mais de 1 ponto percentual, de 2,20% para 1,04%, quando comparado este exercício de 2015 com o anterior, como se pode observar no quadro seguinte (Quadro 2). Levando em consideração que a taxa média oferecida na banca para novas aplicações, no momento em que se elabora este relatório, ronda os 0,3%, é expectável que esta rentabilidade continue a diminuir no próximo exercício.

QUADRO 2 – RENTABILIDADE MÉDIA DOS MEIOS LÍQUIDOS

	2015	2014	2013	2012	2011
Montante Aplicado	9.700.000,00 €	10.076.965,82 €	8.816.000,00 €	9.431.000,00 €	7.081.000,00 €
Resultados Financeiros	100.741,82 €	222.019,10 €	275.628,27 €	416.404,57 €	379.651,00 €
Rentabilidade Média	1,04%	2,20%	3,13%	4,42%	5,36%

## 5.2- GASTOS (ANTES DENOMINADOS CUSTOS)

Como foi já apresentado, os valores reconhecidos como Gastos durante o exercício de 2015, foram sem surpresa, maioritariamente relativos a FSE's e Gastos com o Pessoal, nos últimos dos quais se incluem as retribuições aos membros das Comissões de Avaliação Externa. Estas apresentam, no ano de 2015, uma diminuição de 30% maioritariamente motivada pela equivalente redução, já mencionada, no número de visitas efectuadas a Instituições de Ensino Superior. Estes gastos ascenderam assim, em 2015, a 1.277.800 euros. Pela mesma razão, verificou-se uma diminuição nos gastos em FSE's no montante de 97.994,59 euros, na rubrica de Deslocações e Estadas. O montante de FSE's foi ainda afectado por outras variações negativas, as mais relevantes nos montantes gastos em serviços jurídicos, de informática e de *catering* que ascenderam a uma poupança de 41.458,67 euros.

Ainda no que se refere às rubricas dos gastos, diga-se por fim que as depreciações do activo immobilizado continuam a ser efectuadas pelas taxas máximas permitidas e atingem, no fecho do ano, o montante de 23.204,87 euros.

É tudo quanto de relevante há a referir neste relato que, como acima se disse, complementa o Relatório de Actividades de 2015, também neste momento apresentado.

Lisboa, 7 de Abril de 2016

O Conselho de Administração,

Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral

Jacinto Jorge Carvalhal

João Alexandre Botelho Duarte Silva

Sérgio Machado dos Santos

Paulo Jorge dos Santos Silva Santiago